

Título: Tutela coletiva de direitos e superendividamento: em busca uma solução eficaz

Autor(es) Eliziany Rodrigues Meira Majensky

E-mail para contato: contato@elizianymeira.adv.br

IES: FESVV

Palavra(s) Chave(s): Acesso à Justiça, Tutela Coletiva de Direitos, Superendividamento

RESUMO

O presente trabalho desenvolve a temática do direito fundamental de acesso à justiça e do tratamento jurídico dado ao fenômeno do superendividamento no atual contexto social. Este tema será orientado pelo seguinte problema de pesquisa: o processo coletivo é um mecanismo eficaz para tutelar casos de superendividamento e, assim, promover o acesso à justiça dos indivíduos? Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho é verificar a possibilidade jurídica do tratamento dos casos de superendividamento pela via processual coletiva. Outrossim, o trabalho busca investigar o acesso à justiça enquanto direito fundamental; analisar o desenvolvimento dos mecanismos de tutela coletiva no Brasil, bem como as diversas categorias de direitos coletivos e, por fim, estudar a utilização do processo coletivo atualmente no Brasil. Para tanto, será utilizado o método de pesquisa dialético. Este método trabalha, basicamente, com a mudança por meio da superação e pressupõe a análise do objeto a partir do seu cenário histórico. Neste método, as coisas estão sempre em transformação a partir da tríade estabelecida entre tese, anti-tese e síntese. No caso em análise, a tese será a aplicação do processo coletivo atualmente no país. Como anti-tese, por sua vez, tem-se o superendividamento como um acontecimento social cada vez mais crescente, que coloca os indivíduos à margem da sociedade. Por fim, a síntese é o fruto do confronto entre a tese e a anti-tese e, conseqüentemente, o resultado do trabalho. A tutela coletiva de direitos é um dos vários mecanismos previstos pelo direito brasileiro que visam dar eficácia ao direito fundamental de todos os indivíduos de acesso à justiça. O superendividamento, por sua vez, pode ser definido brevemente como a impossibilidade de um indivíduo, de boa-fé, honrar suas dívidas de consumo. Tal fenômeno é, sem dúvidas, um dos grandes desafios para o direito nesta sociedade atual, pois é preciso pensar de que modo o direito se ocuparia deste acontecimento social, proporcionando aos sujeitos envolvidos um tratamento adequado. Nesse sentido, considerando o princípio fundamental da república de garantir a dignidade da pessoa humana e, ainda, o direito fundamental de acesso à justiça, a tutela coletiva revela-se um mecanismo possível de ser utilizado para os casos de tratamento do superendividamento. Assim, poder-se-ia garantir aos indivíduos envolvidos um tratamento jurídico eficaz, capaz de retirá-los da margem da sociedade, restabelecendo sua dignidade.